

A evolução da conjuntura a partir da Revolução de 1964

II

EUGÊNIO GUDIN

Demos, no artigo anterior, um panorama numérico desta evolução, com a indicação (vide nota final) do Ministro responsável para cada período.

Agora, 1981, o economista Carlos Langoni, reconhecidamente um dos mais destacados e brilhantes da nossa geração, ora na presidência do Banco Central, acaba de fazer na Escola Superior de Guerra uma lúcida explanação da atual conjuntura.

A seu texto só tenho uma restrição, de natureza antes semântica. É que o autor começa demonstrando a necessidade de uma modificação de natureza estrutural e não simplesmente conjuntural. O que parece complexo, mas trocado em miúdos, quer simplesmente dizer que precisamos acabar com a anomalia de dois orçamentos: o orçamento da União, único que conhecíamos desde a infância e outro, de recente gestação: o orçamento monetário (sujeito ao controle (senão do arbítrio), do Conselho Monetário Nacional).

Prefaciando recentemente um livro meu, Glycon de Paiva, destacou esta frase do meu texto:

"O que eu procurei fazer foi tentar esclarecer o que era confuso ou corrigir o que julgava errado".

O que Langoni ora propõe parece enquadrar-se perfeitamente no preceito supra; a saber que não há, nem se concebe a necessidade, de dois orçamentos independentes, sendo até um deles limitado.

Demonstrando sua proposição cita Langoni as seguintes e expressivas cifras:

"Em 1981 o Orçamento programado das empresas estatais é de Cr\$ 6.100 bilhões, o que contrasta com o Orçamento da União que totaliza Cr\$

1.888 bilhões. O Orçamento dos investimentos das empresas estatais representa cerca de cinco vezes os efetuados, com recursos do Orçamento da União".

Quem tivesse o propósito de organizar a balbúrdia orçamentária não poderia fazer melhor.

Prossegue Langoni:

"A dimensão do desequilíbrio do setor público fica ainda mais clara quando consideramos a magnitude dos subsídios creditícios (implícitos e explícitos) e direitos que vêm sendo suportada de maneira crescente pelo orçamento monetário. Em 1980, esses subsídios totalizaram Cr\$ 745 bilhões, correspondendo aproximadamente à receita conjunta do Imposto de Renda, IPI, IOF e a cerca de 78% do total da receita tributária".

Isto posto entra o conferencista na parte substancial

do tema, começando por dizer:

"Temos que reconhecer que uma taxa de 100% não pode ser explicada apenas por fatores externos e, em particular, pelo preço do petróleo. Por trás da aceleração recente da inflação brasileira reside o fato fundamental representado pelo substancial déficit do setor público. A lógica inevitável dos fatos econômicos ensina que despesas não cobertas por recursos reais serão necessariamente financiadas pelo imposto inflacionário. Uma inflação de 100% é, portanto, a expressão objetiva de um déficit público que está sendo financiado por uma forma de tributação iníqua, fortemente regressiva e inibidora do processo de crescimento".

A indicação dos períodos em que se dividiu a ação inflacionária da Revolução está bem demonstrada no quadro abaixo.

INFLAÇÃO/EXPORTAÇÕES					
		Anos	Custo de Vida	Anos	Exportações
		1963	100,0		
		1964	191,4		
C. Branco Bulhões		1965	317,6	1965	1.595,5
		1966	448,7	1966	1.741,4
		1967	585,1	1967	1.654,0
		1968	714,0	1968	1.881,3
1969 Médici & Delfim			875,7	1969	2.311,2
		1970	1.071,6	1970	2.738,9
		1971	1.287,4	1971	2.903,9
		1972	1.500,9	1972	3.991,2
		1973	1.691,0	1973	6.199,2
Geisel Simonsen		1974	2.158,1	1974	7.951,0
		1975	2.782,9	1975	8.669,9
		1976	3.948,2	1976	10.128,3
		1977	5.674,8	1977	12.120,2
		1978	7.871,2	1978	12.658,9
		1979	12.019,3	1979	15.224,4
Figueiredo Delfim		1980	21.972,41	1980	20.132,4
		1980	média até agosto = 40.022,7	1981	12.908,0*

FONTE: F.G.V. FONTE: Banco Central do Brasil

(*) — até julho

Delfim diz (vide artigo anterior) que:

"Chegou a hora de nos ajustarmos à realidade mundial e isso tem um preço. Mas um preço que estamos pagando com o lucro do que ganhamos quando crescíamos enquanto todos freavam o desenvolvimento".

Mas isso, data venia, não trata bem a realidade. Porque os recursos com que hoje estamos procurando pagar nossas dívidas no exterior não provêm do lucro dos investimentos feitos nos anos precedentes e sim da fatia de nosso PIB que transferimos para o exterior, acrescido dos subsídios. Além do eventual aumento de nossas dívidas externas.

Langoni não se refere à agravante Lei Salarial de responsabilidade do Governo Figueiredo, naturalmente para não arranhar colegas de Governo. Mas Simonsen supre essa lacuna dizendo, em São Paulo, que:

"a inflação continuará na casa dos três dígitos até que seja revista a política salarial..."

E nunca perguntei a Simonsen, apesar de nossa intimidade, qual a razão de sua saída do Governo Figueiredo. (Tato foi feito para isso.) Não sei qual foi a gota d'água, mas a Lei Salarial feita pelo Ministro do Trabalho sem oposição do Presidente da República, no meu entender, bastaria por si só para que o Ministro da Economia, numa conjuntura como a atual,

A violenta alta do preço do petróleo só afeta a inflação diretamente através de fração de fração, isto é, da fração do preço da gasolina sobre o custo total do transporte, multiplicada pela fração do custo do transporte sobre o valor das mercadorias.

Mas, para que grande parte das mercadorias seja ex-

portável, há que subsidiar o seu preço de mercado interno. E são esses subsídios que vêm constituindo o MAIS grave propulsor da inflação nacional.

A alta do petróleo data de 1973 e o aumento percentual dos meios de pagamento e dos índices de preços nos anos subsequentes não foram violentos, como se vê abaixo:

Anos	Aumento Percentual dos Meios de Pagamento	Variação Percentual dos Índices de Preços
1971	32,3	18,7
1972	38,3	16,8
1973	47,0	16,2
1974	33,5	33,8
1975	42,8	30,1
1976	37,2	48,2
1977	37,5	38,6
1978	42,2	40,5

números que bem confirmam o juízo de Langoni de que o vilão da inflação foi muito mais o

déficit do setor público do que a alta do preço do petróleo

apresentasse suas irrevogáveis despedidas ao Presidente.

No período Simonsen/Geisel — 1974/78 que sofreu o constante embate dos preços do petróleo, o ritmo anual da Inflação passou de menos de 20 para 40. Em 1979, Delfim retomou o comando da nau, recebendo como presente a recente Lei Salarial de Figueiredo-Macedo.

Os algarismos supra não são de provocar aplausos às gestões inflacionárias de Governos aos quais coube defender-se da agressão do petróleo (1973). Mas é agora confortante ouvir do presidente do Banco Central que:

"A progressiva eliminação do volume reconhecidamente exagerado de

subsídios é a única forma viável, no caso brasileiro, para reduzir o déficit público, sem aumentar ainda mais a carga tributária, hoje já em nível elevado. Do ponto de vista institucional, a regra básica que deve ser perseguida é a de limitar o volume de subsídios estritamente ao montante de recursos alocados no orçamento fiscal..." "As enormes distorções que ainda prevalecem na economia brasileira".

A retificação não pode deixar de ser penosa se houver Governo capaz de enfrentar a situação, nesta fase em que os políticos vêem-se no dilema de optar entre seus interesses eleitorais e seu dever para com o Brasil.